

Código de Ética da Psicopedagogia

O Código de Ética tem o propósito de estabelecer parâmetros e orientar os profissionais da Psicopedagogia Brasileira quanto aos princípios, normas e valores ponderados à boa conduta profissional, estabelecendo diretrizes para o exercício da Psicopedagogia e para os relacionamentos internos e externos à ABPp.

A revisão do Código de Ética é prevista para que se mantenha atualizado com as expectativas da classe profissional e da sociedade.

Capítulo I – Dos princípios

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio-histórico utilizando procedimentos próprios, fundamentados em diferentes referenciais teóricos.

Parágrafo 1

A intervenção psicopedagógica é sempre da ordem do conhecimento, relacionada com a aprendizagem, considerando o caráter indissociável entre os processos de aprendizagem e as suas dificuldades.

Parágrafo 2

A intervenção psicopedagógica na Educação e na Saúde se dá em diferentes âmbitos da aprendizagem considerando o caráter indissociável entre o institucional e o clínico.

Artigo 2

A Psicopedagogia é de natureza inter e transdisciplinar, utiliza métodos, instrumentos e recursos próprios para compreensão do processo de aprendizagem, cabíveis na intervenção.

Artigo 3

A atividade psicopedagógica tem como objetivos:

- (i) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- (ii) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- (iii) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- (iv) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem.

Artigo 4

O psicopedagogo deve, com autoridades competentes, refletir e elaborar a organização, a implantação e a execução de projetos de Educação e Saúde no que concerne às questões psicopedagógicas.

Capítulo II – Da formação

Parágrafo único

A formação do psicopedagogo se dá em curso de graduação e/ou de curso de pós graduação – especialização lato sensu em Psicopedagogia-, ministrados em estabelecimentos de ensino devidamente reconhecidos e autorizados por órgãos competentes de acordo com a legislação em vigor.

Capítulo III – Do exercício das atividades psicopedagógicas

Artigo 5

Estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós graduados em Psicopedagogia – especialização lato sensu- e os profissionais com direitos adquiridos anteriormente à exigência de titulação acadêmica e reconhecidos pela ABPp. É indispensável ao psicopedagogo submeter-se à supervisão psicopedagógica e recomendável processo terapêutico pessoal.

Parágrafo 1

O psicopedagogo ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo de acordo com as normas do Estatuto da ABPp e os princípios deste Código de Ética.

Parágrafo 2

Os honorários deverão ser tratados previamente entre o cliente ou seus responsáveis legais e o profissional, a fim de que : (i) representem justa contribuição aos serviços prestados, considerando condições sócio – econômicas da região, natureza da assistência prestada e tempo despendido;(ii) assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Artigo 6

O psicopedagogo está obrigado a respeitar o sigilo profissional protegendo a confidencialidade dos dados obtidos em decorrência de exercício de sua atividade e não revelando fatos que possam comprometer a intimidade das pessoas, grupos e instituições sob seu atendimento.

Parágrafo 1

Não se entende como quebra de sigilo informar sobre o cliente a especialistas e/ou instituições comprometidos com o atendido e/ou com o atendimento.

Parágrafo 2

O psicopedagogo não revelará como testemunha, fatos de que tenha conhecimento no exercício de seu trabalho, a menos que seja intimado a depor perante autoridade judicial.

Artigo 7

Os resultados de avaliações, só serão fornecidos a terceiros interessados mediante concordância do próprio avaliado ou de seu representante legal.

Artigo 8

Os prontuários psicopedagógicos são documentos sigilosos e não será franqueado o seu acesso à pessoas estranhas ao caso.

Artigo 9

O psicopedagogo procurará desenvolver e manter boas relações com os componentes de diferentes categorias profissionais, observando para esse fim, o seguinte:

- a) trabalhar nos estritos limites das atividades que lhe são reservadas.
- b) reconhecer os casos pertencentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os à profissionais habilitados e qualificados para o atendimento.

Capítulo IV – Das responsabilidades

Artigo 10

São deveres do psicopedagogo:

- a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana.
- b) desenvolver e manter relações profissionais pautadas pelo respeito, pela atitude crítica e pela cooperação com outros profissionais.
- c) assumir as responsabilidades para as quais esteja preparado e nos parâmetros da competência psicopedagógica.
- d) colaborar com o progresso da Psicopedagogia.
- e) responsabilizar-se pelas intervenções feitas, fornecer definição clara do seu parecer ao cliente e/ou aos seus responsáveis por meio de documento pertinente.
- f) preservar a identidade do cliente nos relatos e discussões feitos a título de exemplos e estudos de casos.
- g) manter o respeito e a dignidade na relação profissional para a harmonia da classe e a manutenção do conceito público.

Capítulo V – Dos instrumentos

Parágrafo único

São instrumentos da Psicopedagogia, aqueles que servem ao seu objeto de estudo – a aprendizagem. Sua escolha decorrerá de formação profissional e competência técnica, sendo vetado o uso de procedimentos, técnicas e recursos não reconhecidos como psicopedagógicos.

Capítulo VI – Das publicações científicas

Parágrafo único

Na publicação de trabalhos científicos deverão ser observadas as seguintes normas:

- a) As discordâncias ou críticas deverão ser dirigidas à matéria em discussão e não ao seu autor.
- b) Em pesquisa ou trabalho em colaboração, deverá ser dada igual ênfase aos autores e seguir normas científicas vigentes de publicação . Em nenhum caso o

psicopedagogo se valerá da posição hierárquica para fazer publicar, em seu nome exclusivo, trabalhos executados sob sua orientação.

- c) Em todo trabalho científico deve ser indicada as referências bibliográficas utilizadas, bem como esclarecidas as ideias, descobertas e as ilustrações extraídas de cada autor, de acordo com normas e técnicas científicas vigentes.

Capítulo VII – Da publicidade profissional

Artigo 11

Ao promover publicamente a divulgação de seus serviços, deverá fazê-lo com exatidão e honestidade.

Capítulo VIII- Dos honorários

Artigo 12

O psicopedagogo, ao fixar seus honorários, deverá considerar como parâmetros básicos as condições sócio econômicas da região, a natureza da assistência prestada e o tempo dispendido.

Capítulo IX – Da observância e cumprimento do Código de Ética

Artigo 13

Cabe ao psicopedagogo, cumprir este Código de Ética.

Parágrafo único

Consiste em infração ética:

- a) Utilizar títulos acadêmicos e/ou de especialista que não possua.
- b) Permitir que pessoas não habilitadas realizem práticas psicopedagógicas .
- c) Fazer falsas declarações sobre quaisquer situações da prática psicopedagógica.
- d) Encaminhar ou desviar, por qualquer meio, cliente para si.
- e) Receber ou exigir remuneração, comissão ou vantagem por serviços psicopedagógicos que não tenha efetivamente realizado.
- f) Assinar qualquer procedimento psicopedagógico realizado por terceiros, ou solicitar que outros profissionais assinem seus procedimentos.

Artigo 14

Cabe ao Conselho Nacional da ABPp zelar, orientar pela fiel observância dos princípios éticos da classe e advertir infrações se necessário.

Artigo 15

O presente Código de Ética poderá ser alterado por proposta do Conselho Nacional da ABPp, devendo ser aprovado em Assembléia Geral.

Capítulo X – Das disposições gerais

Artigo 16

O Código de Ética tem seu cumprimento recomendado pelos Conselhos Nacional e Estaduais da ABPp.

O presente Código de Ética foi elaborado pelo Conselho Nacional da ABPp do biênio 1991/1992, reformulado pelo Conselho Nacional do biênio 1995/1996, passa por nova reformulação feita pelas Comissões de Ética triênios 2008/2010 e 2011/2013, submetida para discussão e aprovado em Assembléia Geral em 05 de outubro de 2011.